

Acesso ao ensino superior

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O maior objeto de desejo para a larga maioria dos jovens é obter um diploma universitário, não só pelo status social que isso traz, mas também porque representa maiores oportunidades de emprego qualificado no mundo do trabalho. Estudos do economista **Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas/RJ**, mostram que, para cada ano de estudo, há um impacto médio de 12% na renda do trabalhador. Mas, se essa pessoa tem ensino superior, o impacto é de 36%. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que, no período de janeiro a maio do ano passado, havia menos 102.483 vagas voltadas para trabalhadores com ensino fundamental completo ou incompleto – ou seja, os postos de trabalho “encolheram” para aqueles com menos instrução; por outro lado, para trabalhadores com ensino médio e/ou ensino superior, mesmo que incompleto, o saldo foi positivo, com 85 mil novas vagas disponíveis! Na perspectiva do aumento da produtividade de uma nação, o impacto mais significativo ocorre a partir dos onze anos de escolaridade. Ou seja, o impacto médio dos anos associados ao ensino superior na produtividade do trabalho é de 25%. Apesar do reconhecimento do valor do ensino superior, o percentual de jovens de 18 a 24 anos (faixa etária esperada para cursá-lo) com acesso a ele ainda é muito baixo no Brasil, não obstante o crescimento verificado na última década. Atualmente, para cada 100 jovens nessa faixa etária, apenas 18 estão no ensino superior, número bem inferior aos verificados em países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai. Para acelerar esse crescimento, a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que se encerra em 2024, se refere especificamente à expansão do ensino superior no Brasil. De acordo com ela, pretende-se chegar a um percentual de 33% de jovens de 18 a 24 anos nesse nível de ensino. Se considerarmos o crescimento verificado nos últimos cinco anos (2011 a 2015), o país não alcançará essa meta, que já foi a mesma colocada no PNE anterior, de 2001 a 2010. Contribuem para isso pelo menos dois importantes fatores: o crescimento do número de desempregados jovens e a redução do financiamento público de estudos nas instituições particulares de ensino superior via Fies – importante instrumento de financiamento do ensino superior para jovens de baixa renda, que, no entanto, atende apenas a uma pequena parte do contingente jovem nessa situação. Adicionalmente, e não menos relevante, há outro fator que, se não resolvido, será o impeditivo determinante para o alcance dessa meta do ponto de vista não do ingresso na universidade, mas da permanência e da conclusão dos estudos: a baixa qualidade da educação básica em nosso país. Muitos jovens até conseguem entrar na universidade, mas não alcançam o êxito esperado, em função dos significativos déficits de aprendizagem que trazem consigo. Por exemplo, de cada 100 alunos que concluem o ensino médio – e que estariam a priori aptos a tentar uma vaga na universidade –, apenas sete aprenderam o que seria esperado em matemática; em língua portuguesa, esse número é um pouco maior – 28, mas nada animador. Portanto, para que o sonho do acesso ao ensino superior se realize, é preciso fazer dois grandes movimentos: melhorar a qualidade da educação básica e ampliar as fontes de financiamento para os jovens de baixa renda. Isso requer que o país, de fato, priorize a educação e a veja como o novo nome do desenvolvimento, como diz o movimento Santa Catarina pela Educação. Se para alguns isso pode parecer custo, para outros significa investimento. Como diz Derek Bok, ex-presidente da Universidade de Harvard: se você acha a educação cara, experimente a ignorância.